

RESENHA

MENEZES, P. (2023). *Entre o fogo cruzado e o campo minado: a “pacificação” das favelas cariocas.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ. pp. 506.

CAMILA LUÍZA DE SENA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8340-6441>
camila.sena.adv@gmail.com

VICTOR PIMENTEL FERREIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5205-0240>
victor.pimentelferreira@gmail.com

Em *Entre o fogo cruzado e o campo minado: a “pacificação” das favelas cariocas*, Palloma Menezes apresenta ao leitor uma pesquisa densa sobre o início e o desenvolvimento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Realizada entre 2008 e 2015, a investigação nos remete a um momento histórico recente e de grande relevância para uma das principais capitais do país: a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olímpiadas em 2016. Durante esse período, uma série de modificações foram efetuadas em setores estratégicos da cidade – como no transporte público, por exemplo –, impactando significativamente o cotidiano de sua população. É exatamente nesse contexto que a pesquisa de Menezes se insere, tendo como objeto central a política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O livro é resultado de uma etnografia conduzida em três favelas cariocas: Morro Dona Marta, Cidade de Deus e Parque Proletário. Localizadas em diferentes áreas da cidade – respectivamente, Zona Sul, Zona Oeste e Zona Norte –, essas comunidades compartilham o histórico de terem sido os primeiros locais a receberem as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), política de policiamento comunitário que

ganhou grande destaque nacional na última década. Embora o livro aborde de forma detalhada a formulação e implementação das UPPs, bem como suas interações com diversos atores da política institucional da época, como governadores e secretários de segurança pública, a ênfase de Menezes está no “outro lado”, ou seja, nos “invadidos”, termo utilizado pela autora para se referir aos moradores. Aqui surge o primeiro dos quatro pontos que gostaríamos de destacar nessa resenha.

Como descrito na obra, para os moradores, as UPPs se manifestaram inicialmente como uma ocupação policial sem um prazo definido, ou seja, elas não foram anunciadas antecipadamente pelo governador do Estado. Nem mesmo a imprensa conseguiu descrever com precisão o que era aquela ação da Polícia Militar do Rio de Janeiro nas últimas semanas de 2008. Alguns dos policiais entrevistados por Menezes afirmaram não ter conhecimento prévio de qualquer plano orientador por trás da ordem para ocupar permanentemente o território do Morro Dona Marta. Se até mesmo os agentes de segurança não tinham informações claras sobre o que estava acontecendo, os moradores das áreas sob o controle das UPPs vivenciaram os estágios iniciais dessa política como períodos de genuína incerteza.

Mobilizando os conceitos da sociologia pragmática francesa, Menezes desenvolve uma análise abrangente da *experiência dos moradores das comunidades* estudadas em relação à implementação e evolução das UPPs nesses territórios. Isso significa que a autora se dedicou a considerar seriamente as opiniões, críticas e “teorias nativas” dos seus entrevistados sobre os eventos que viveram. Além disso, Menezes também investiga como a introdução das UPPs desencadeou momentos críticos e diversas instabilidades na vida cotidiana dos moradores das favelas, que, por sua vez, se viram compelidos a reorganizar suas rotinas em resposta a essas mudanças impostas.

Tal abordagem, fundamentada em uma investigação das respostas dos atores sociais diante de situações problemáticas, iluminou uma série de ajustes comportamentais mobilizados cotidianamente pelos interlocutores da autora. Tais ajustes incluíram desde a frequência a determinados locais e eventos dentro da comunidade até a rotulação de moradores com base em suas interações com policiais ou traficantes, além da adoção de “sinais” para avaliar o “clima da favela”, entre outros aspectos, todos eles indicadores de uma alteração na “fenomenologia” do morador da favela: de uma lógica do *fogo cruzado* (confrontos diretos entre traficantes e policiais, invasões esporádicas da polícia etc.) para uma lógica do (ocupação permanente da polícia, todos se vigiando e monitorando mais intensa e reflexivamente seu próprio comportamento etc.). Dessa forma, Menezes mostra como as UPPs se tornaram progressivamente um elemento sujeito a investigações contínuas efetivadas não apenas por parte dos moradores, mas também por traficantes e policiais. Nesse sentido, a socióloga brasileira desenvolveu sua análise “seguindo os atores” em seus processos de investigação sobre as UPPs e em suas tentativas de restabelecer a normalidade cotidiana.

Esse é o primeiro ponto a ser destacado: o emprego criativo, por parte de Menezes, do arcabouço teórico da sociologia pragmática para investigar um problema público de grande relevância no Rio de Janeiro: a segurança pública e a experiência recente das UPPs. Inspirada por tal enquadramento, a autora desloca a visão de senso comum sobre as UPPs, informada sobremaneira pelos discursos oficiais e pela imprensa, ao destacar as perspectivas dos próprios moradores de favela enfrentando mudanças significativas em suas rotinas diárias. Ao acompanhar moradores e policiais, entrevistar traficantes e

analisar um conjunto substancial de reportagens jornalísticas, Menezes constrói um panorama detalhado e diversificado de um período específico da política de segurança pública carioca, além de trazer reflexões importantes para pesquisas dedicadas à investigação de como as pessoas lidam com situações indeterminadas em seu cotidiano.

O segundo ponto a ser destacado é a contribuição significativa deste estudo para as investigações sociológicas sobre ilegalismos. Aqui vale lembrar ainda que a classificação de algo como legal ou ilegal está intrinsecamente ligada a jogos de poder, códigos/leis e regras sociais/morais, que estão sempre em disputa e podem variar entre a tolerância, a transgressão e a repressão. Menezes realiza uma análise minuciosa sobre a gestão diferencial dos ilegalismos nas favelas cariocas e quais foram os impactos após a inauguração das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's). A autora revela que práticas de monitoramento, negociação e confrontação tornaram-se cada vez mais frequentes, sendo vistas como complementares e diretamente ligadas à gestão nas favelas do Rio de Janeiro.

Menezes destaca que a gestão contemporânea dos ilegalismos tende a estabelecer conexões complexas entre traficantes, moradores das favelas e, até certo ponto, agentes de segurança pública. A obra contribui ao demonstrar as diversas manifestações do ilegalismo, variando entre transgressão consentida, mercados de proteção, extorsão e uso da violência. Outra importante contribuição do livro é destacar um aspecto até então pouco explorado pela literatura: o uso de *dispositivos de vigilância* em favelas. Segundo a autora, esses dispositivos, embora não sejam novos, foram intensificados e diversificados com o início das UPPs em 2008. Tal mudança evita confrontos armados e introduz uma nova dinâmica de vigilância nos territórios pacificados, caracterizada pela lógica do campo minado, intensificando dramaticamente o monitoramento constante dos diversos atores presentes nas favelas pacificadas.

Nesse contexto, Menezes destaca os três elementos que, em sua percepção, são essenciais para a gestão dos ilegalismos: a negociação, que frequentemente envolve chantagens, propinas e redes de proteção; as demonstrações efetivas de poder, que muitas vezes incluem confrontos armados; e o uso de dispositivos de vigilância para monitorar o fluxo de circulação de pessoas na favela. Nas palavras da autora (2023: 213), “monitorar, negociar e confrontar têm se mostrado cada vez mais como práticas complementares associadas à gestão dos ilegalismos em favelas cariocas”.

O terceiro ponto que gostaríamos de destacar diz respeito à centralidade dos *rumores* nessa pesquisa. Tal categoria, já estudada há décadas pelas ciências sociais, mas com estudos ainda pouco sistematizados, “surgiu” na investigação da autora a partir de uma dificuldade enfrentada durante a pesquisa de campo. Como descrito nas primeiras seções da obra, Menezes enfrentou diversos desafios no início de sua pesquisa para captar as opiniões dos moradores sobre as UPPs. Além de ser mais uma pesquisadora investigando favelas, em meio a muitos cientistas sociais que intensificaram seus estudos sobre o tema no Rio de Janeiro nas últimas décadas, os moradores mostraram-se cansados das narrativas midiáticas amplamente aceitas pela população do “asfalto”, que retratavam as UPPs como uma melhoria inquestionável na vida dos residentes das favelas.

Por esses motivos, havia várias barreiras entre a pesquisadora e seus interlocutores. Menezes (2023: 35-36) descreve uma situação em que uma entrevista provocou uma mudança significativa na postura e na linguagem de um morador. Anteriormente calmo, o entrevistado ficou visivelmente desconfortável,

desconfiado e tenso diante da persistência da pesquisadora em obter sua avaliação sobre as UPPs. Longe de ser algo atípico ou fruto de falta de sensibilidade, Menezes relata que a maioria de seus interlocutores se esquivava de falar abertamente sobre o tema de pesquisa.

Dante desse ambiente pouco propício, a autora (2023: 37) optou por interromper temporariamente suas perguntas, reduzir seu ímpeto questionador e concentrar-se “no esforço para entender por que as pessoas preferiam não falar sobre os temas” abordados. Nesse ínterim, Menezes focou nas “narrativas que ecoavam pelos becos, vielas e esquinas da favela” (2023: 38), valorizando esses relatos cotidianos, em sua maioria impessoais (“ouvi dizer que...”) e imprecisos. Ao registrar e acompanhar a evolução de tais rumores, a autora percebeu que essas “narrativas indiretas” eram valiosas para entender como os moradores vivenciavam e interpretavam o contexto de suas favelas após a pacificação.

Do ponto de vista metodológico, este é um dos aspectos mais relevantes do livro. Em nossas pesquisas, frequentemente enfrentamos dificuldades que podem prejudicar a investigação, causando desânimo e frustração. No entanto, como Menezes mostra, as dificuldades encontradas durante a pesquisa podem conter elementos “análiticamente ricos” para serem explorados, junto com os demais dados coletados em campo.

Por último, destacamos outro ponto “metodológico”: a ampla utilização de quadros e tabelas pela autora. Essa forma de explicitação das ideias da pesquisa aparece em várias partes do livro – como no início, sobre o inquiry deweyano; no terceiro capítulo, sobre as medidas do Estado, rumores e reações dos moradores no primeiro ano das UPPs; no quinto capítulo, sobre as expectativas dos moradores em relação a traficantes e policiais da UPP –, com destaque para a tipificação dos rumores no Apêndice, que fornece uma visão abrangente das principais narrativas circuladas. Muitas vezes, nos contentamos com textos escritos divididos em parágrafos, deixando outros recursos – como desenhos, esquemas, tabelas – para outros cientistas (como economistas, por exemplo). Contudo, Menezes nos lembra da importância de apresentar certas ideias em diferentes formatos para melhor organização e detalhamento de nossas ideias ao leitor.

Gostaríamos de concluir a resenha convidando o(a) leitor(a), especialmente estudantes, professores e pesquisadores das ciências sociais, a se engajarem nessa leitura. *Entre o fogo cruzado e o campo minado* é uma obra valiosa para aqueles interessados em ilegalismos, violência, criminalidade, segurança pública e em usos criativos da sociologia pragmática francesa aplicada aos problemas públicos, além de metodologias qualitativas, como observação participante e entrevistas.

Camila Luíza de Sena é mestrandona em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Victor Pimentel Ferreira é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) e mestre em Sociologia pela mesma instituição.

SUBMETIDO: 04/06/2024

APROVADO: 02/12/2024

PUBLICADO: 30/01/2025



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença Creative Commons
BY-NC